

Políticas Públicas e Acesso ao Ensino Superior: Análise da Relação entre Bolsas e Cotas com o Desempenho Acadêmico dos Discentes de Ciências Contábeis das IES Privadas Brasileiras

Geison Calyo Varela de Melo (UFC) - geisoncalyo@hotmail.com

Mariza Camila de Miranda (UERN) - mariza.camila@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento (UFC) - italocarlos25@gmail.com

Caritsa Scartaty Moreira (UFERSA) - caritsa_scartaty@hotmail.com

Annandy Raquel Pereira da Silva (UFERSA) - annandyraquel@hotmail.com

Resumo:

O objetivo do estudo consiste em analisar a relação entre as políticas públicas de bolsas e cotas com o desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras. Desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, com 34.623 discentes que se submeteram ao ENADE nos triênios de 2015 e 2018. Os dados foram coletados mediante os Microdados ENADE e para o tratamento dos dados utilizou-se as técnicas de estatística descritiva e análise de regressão múltipla. Por meio da análise de regressão, constatou-se que quanto mais o discente for beneficiado por alguma política de bolsas de estudo ou financiamento, bem como por algum sistema de cotas, maior será a tendência em possuir um melhor rendimento acadêmico ou vice versa. Destarte, há uma relação positiva entre os constructos analisados, demonstrando, portanto, que as políticas públicas contribuem para o acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: *Políticas públicas. Ensino Superior. Ciências Contábeis.*

Área temática: *Metodologias de ensino e pesquisa em custos*

Políticas Públicas e Acesso ao Ensino Superior: Análise da Relação entre Bolsas e Cotas com o Desempenho Acadêmico dos Discentes de Ciências Contábeis das IES Privadas Brasileiras

Resumo

O objetivo do estudo consiste em analisar a relação entre as políticas públicas de bolsas e cotas com o desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras. Desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, com 34.623 discentes que se submeteram ao ENADE nos triênios de 2015 e 2018. Os dados foram coletados mediante os Microdados ENADE e para o tratamento dos dados utilizou-se as técnicas de estatística descritiva e análise de regressão múltipla. Por meio da análise de regressão, constatou-se que quanto mais o discente for beneficiado por alguma política de bolsas de estudo ou financiamento, bem como por algum sistema de cotas, maior será a tendência em possuir um melhor rendimento acadêmico ou vice versa. Destarte, há uma relação positiva entre os constructos analisados, demonstrando, portanto, que as políticas públicas contribuem para o acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Políticas públicas. Ensino Superior. Ciências Contábeis.

1 Introdução

Nos dias atuais, vive-se um período de transformações em toda a sociedade, principalmente por meio de inovações tecnológicas, que requer das pessoas uma maior qualificação profissional para atender as demandas que surgem. A busca pela qualificação profissional acentuou-se principalmente no ensino superior, proporcionando um alto crescimento no número das instituições que ofertam esta modalidade de ensino (MOREIRA; MOREIRA; SOARES, 2018).

Paralelamente, nas últimas décadas, observa-se um crescimento no ensino superior, especialmente no ensino privado, se comparado com o sistema público (BIELSCHOWSKY, 2020). Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) apontam que o ensino superior privado representa mais de 80% do número de Instituições de Ensino Superior (IES) do país e das vagas ofertadas, além de mais de 70% do total de matrículas em nível de graduação presencial.

Esse crescimento proporcionou um aumento das políticas públicas de acesso ao ensino superior, partindo do pressuposto de que ampliar o acesso, possibilita a equidade baseada em uma formação de qualidade. Assim, houve um aumento no número de financiamentos e bolsas de estudos, principalmente, para o ensino privado, juntamente com as políticas de ação afirmativa (cotas), em ambos os sistemas de ensino (CUNHA *et al.*, 2014).

Com este crescimento, emerge a necessidade de avaliação do desempenho, que se faz relevante para qualquer tipo de organização, inclusive as educacionais, tendo em vista que a avaliação é considerada como um dos mecanismos mais importantes de qualquer reforma ou modelação e, de forma recíproca, toda mudança contextual produz alteração nos processos avaliativos (DIAS SOBRINHO, 2010).

Em decorrência do crescimento do ensino superior, das políticas públicas de bolsas e financiamentos e cotas, e da necessidade de avaliação do desempenho acadêmico, nos últimos anos as pesquisas sobre a temática têm sido intensificadas (SILVA JUNIOR *et al.*, 2014;

PEIXOTO *et al.*, 2016). Especificamente, no contexto dos cursos de Ciências Contábeis, as pesquisas voltam-se a avaliação do desempenho com base no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), como o estudo de Silva, Miranda e Pereira (2017), ou ainda na perspectiva da influência destas ações afirmativas na evasão dos discentes, como na de Campos *et al.* (2017).

Entretanto, não foram encontradas evidências empíricas abordando a relação entre os constructos políticas públicas e desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis, havendo, portanto, a necessidade de maior investigação, com vistas a preencher as lacunas ainda existentes. Destarte, seguindo-se as evidências teóricas apresentadas, emerge a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre as políticas públicas de bolsas e cotas com o desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras?**

Portanto, o objetivo geral do estudo consiste em analisar a relação entre as políticas públicas de bolsas e cotas com o desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras. Adicionalmente, identifica-se o perfil dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras e sua relação com o desempenho acadêmico.

O desenvolvimento da pesquisa justifica-se pelo crescimento da demanda do ensino superior privado ao longo dos anos, em maior proporção que o ensino público (SILVA JUNIOR *et al.*, 2014), em consonância com as políticas públicas de acesso, especialmente, por meio de financiamentos e bolsas de estudo e do sistema de cotas, que se destinam a uma parcela da população que não teria acesso ao ensino superior privado se não por meio dessas políticas.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa avança na discussão da temática, considerando-se a incipiência, especialmente no que diz respeito a relação entre os constructos políticas públicas e desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis, que não fora analisada anteriormente. De forma prática, o estudo possibilita a identificação de deficiências nessas políticas públicas e por meio delas, a busca por melhorias no desenvolvimento das mesmas.

2 Referencial teórico

2.1 Políticas públicas educacionais e acesso ao ensino superior

Com o intento de satisfazer as necessidades coletivas de uma sociedade, o Estado tem de desenvolver ferramentas que promovam a realização e resultados satisfatórios nas mais diversas áreas: saúde, educação, meio ambiente, etc. Essas ferramentas se originam das ações estatais, conhecidas por políticas públicas, ou seja, decisões que solucionem os problemas e demandas sociais (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

É necessário compreender que as políticas públicas se originam de complexos processos e dinâmicas sociais que envolvem todos os personagens da sociedade, logo, todos aqueles que representam as mais variadas esferas e que resultem em decisões que abasteçam os enquadramentos formais e informais dessa população (SANTOS *et al.*, 2017). Em complemento, Moraes e Telles (2018) afirmam que as políticas públicas se relacionam com as bases científicas e com os procedimentos administrativos do Estado, todavia, mesmo organizada por estruturas de poder, sofrem influências dos interesses sociais.

Durante as últimas décadas, no Brasil, o ensino superior teve seu quantitativo de vagas ampliado, um crescimento na oferta de vagas nas IES oportunizado por diversas políticas de acesso, tais como: Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); Programa Universidade para Todos (Prouni); Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Políticas de Ações Afirmativas (cotas). Além do ingresso nas IES, algumas dessas ações buscam reduzir desigualdades sociais estabelecidas historicamente no país, como é o caso das políticas afirmativas (DARIO; NUNES, 2017).

De acordo com Cunha *et al.* (2014) cabe ao governo viabilizar o acesso e inclusão dos jovens ao ensino superior, de modo que o Estado se esforce, incentive e invista constantemente na tríade formadora das IES – ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, merece destaque o uso de programas de bolsas e financiamentos e de cotas sociais, como ações que buscam promover um acesso mais equitativo ao ensino superior no Brasil (CAMPOS *et al.*, 2017).

As políticas de bolsas de estudo e financiamentos, concedidas nas formas integral ou parcial, proporcionam o ingresso em IES privadas aos alunos egressos do ensino médio, que não possuem condições financeiras de arcarem com as despesas relativas as mensalidades de um curso de graduação e devem atender a alguns requisitos, principalmente de renda ou específicos do programa (CUNHA *et al.*, 2014).

Com a finalidade de proporcionar o acesso de grupos excluídos socialmente, a política de cotas se configura em uma ação afirmativa que visa superar as desigualdades entre esses grupos sociais e raciais que tendem a ocupar posições inferiores na sociedade, ampliando sua participação nos mais variados espaços, como na educação, no mercado de trabalho, no reconhecimento cultural, entre outros (CAVALCANTE, 2015).

Contudo, apenas a adoção de bolsas de estudo e financiamentos, bem como do sistema de cotas para o ingresso no ensino superior, não é uma medida, por si só, suficiente para garantir que os beneficiados permaneçam nas instituições de ensino; existem outras variáveis e torna-se pertinente analisar as taxas de evasão (CAMPOS *et al.*, 2017).

Tornar o acesso ao ensino universal e com qualidade exige uma série de medidas que versam sobre as partes físicas e pedagógicas das instituições educacionais; além de boa estrutura, as IES necessitam de aprimoramento dos recursos dispostos aos educandos e constante qualificação em seu corpo docente. Não somente ingressar, mas é necessário criar condições para que o discente permaneça na IES e que também possa a vir refletir na qualidade do ensino superior (MACEDO; ABRANCHES, 2019).

2.2 O Curso de Ciências Contábeis e o Desempenho Acadêmico

Dentro do contexto do ensino superior, o curso de Ciências Contábeis se faz presente acompanhando a evolução ocorrida nesse segmento, tanto no ensino público quanto no privado, mesmo que tenha sido considerado de forma tardia (CUNHA, 2007). Essa evolução também se fez de forma tardia, tendo em vista que a Contabilidade é tão antiga que se remete a história do surgimento do homem, desde os tempos mais remotos da história da humanidade e ao desenvolvimento de práticas mais rudimentares (IUDÍCIBUS, 2015).

Com o advento do Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, surgia o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, que concedia o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos concluintes do curso. Em 1946, nascia o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), por meio do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e de acordo com Espejo *et al.* (2017), um passo relevante para o reconhecimento da contabilidade no país.

Desde 1999, o número de cursos de contabilidade ofertados pelas IES brasileiras teve uma acentuada elevação, destacando-se o período que compreende de 2011 a 2016. Nesse intervalo, o número de instituições educacionais subiu de 856 para 995, frisando-se o crescimento das IES privadas, que saltou de 761 unidades para 900, enquanto as IES públicas permaneceram ofertando o curso em suas 95 instituições (INEP, 2018).

Uma vez que, exercendo papel primordial no desenvolvimento econômico de uma nação, a educação superior se relaciona com toda a sociedade, inclusive aquelas intimamente relacionadas com as transformações sociais: economia, tecnologia e informação; fica evidente a necessidade de avaliação das instituições educacionais e do acompanhamento de seus indicadores (HOFFMANN *et al.*, 2014).

Silva, Miranda e Pereira (2017) salientam que em decorrência da diversidade dos currículos apresentados pelas instituições educacionais brasileiras e com vistas a assegurar qualidade no ensino ofertado, se justifica a existência e aplicação de programas avaliativos. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei nº 10.861/2004 e estabelece os três pilares de avaliação das IES: avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação de desempenho de estudantes; dentre essas avaliações encontra-se a ferramenta ENADE.

Conhecido por seu caráter avaliativo e comprobatório, o ENADE é uma política pública educacional que propicia às IES melhorias institucionais, tais como: averiguar as metodologias de ensino utilizadas, reavaliar os programas de conteúdo, avaliar o desempenho do corpo docente, além de servir de parâmetro de qualidade junto aos órgãos responsáveis (CESSO; FERRAZ, 2017).

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e objetiva avaliar o desempenho dos estudantes de graduação do ensino superior no Brasil, uma vez de posse dos resultados das avaliações, é possível esboçar um panorama das IES brasileiras e da qualidade de seus cursos (FELDMANN; SOUZA, 2016).

De acordo com o parágrafo 3º do art. 3º da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes, os instrumentos de Avaliação de Cursos, Avaliação das Instituições de Educação Superior e ENADE devem adotar a escala de conceitos de 1 a 5 (BRASIL, 2004a). E o art. 32 da Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004, complementa, estabelecendo a codificação desses conceitos, a saber: Conceitos 1 e 2 – situação ou desempenho fracos; Conceito 3 – mínimo aceitável e Conceitos 4 e 5 – situação ou desempenho fortes (BRASIL, 2004b).

Embora de aspecto significativo, os exames de cursos na área contábil são alvo de constantes discussões. Um dos principais entraves nesses debates diz respeito a orientação formadora do profissional da contabilidade, isto é, que apesar das diretrizes curriculares se voltarem ao contador, não é verificável como uma formação integrada e consistente para o curso a nível curricular (BATISTA *et al.*, 2014).

Vale salientar que o desempenho de discentes pode ser constatado por maneiras mais diretas e objetivas e com a utilização de alternativas que propiciem análises meticolosas do processo de ensino-aprendizagem, não se limitando apenas a resultados finais; tendo em vista que variados fatores podem influenciar o desempenho final dos estudantes, necessitando de aprofundamentos para melhores concepções dos resultados (ARAÚJO *et al.*, 2013).

2.3 Estudos anteriores relacionados ao tema

No intuito de apresentar um panorama sobre o acesso ao ensino superior no Brasil e a relação das políticas de bolsas e financiamentos e cotas sociais no desempenho acadêmico, na sequência, são apresentadas algumas pesquisas sobre a temática supracitada, realizadas no Brasil, no período de 2014 a 2018.

Silva Junior *et al.* (2014) objetivaram evidenciar e discutir as articulações das IES privadas em torno de três aspectos relacionados às políticas públicas para a educação superior: avaliação, regulação e supervisão. Os resultados indicaram a necessidade de se repensar as políticas públicas, sobretudo em efeitos práticos da regulamentação governamental nas IES e das definições dos papéis e funções desses três aspectos.

Cunha *et al.* (2014) identificaram as contribuições geradas pelo ProUni e pelo Sisu, verificando-se que na última década, houve um incremento considerável da oferta de vagas no ensino superior para suprir uma crescente necessidade de alunos matriculados no ensino superior público e privado no país. Identificou-se ainda, que esse aumento da procura foi atendido por um número menor de instituições de ensino de nível superior, não configurando,

naquele momento, um grave problema dado a existência de capacidade ociosa em alguns cursos ofertados no País.

Peixoto *et al.* (2016) compararam o desempenho de alunos cotistas e não cotistas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). As análises indicaram um desempenho superior de não cotistas, quando os dois grupos são diretamente comparados. Quando separados por área de conhecimento, os cotistas apresentam desempenho superior em cursos das áreas de artes e humanidades de média e baixa concorrência.

Cesso e Ferraz (2017) justificaram a aplicação do ENADE como ferramenta para avaliação do desempenho discente no curso de graduação em Administração de uma IES, contribuindo para a gestão e melhoria dos resultados de ensino. Inferiu-se que a IES pôde promover suas intervenções em cinco critérios estabelecidos, que permitissem verificar a adesão dos discentes, a média das notas, a percepção da prova, o perfil socioeconômico e o processo de ensino-aprendizagem.

Silva, Miranda e Pereira (2017) avaliaram se as instituições que oferecem o curso de Ciências Contábeis com fluxos curriculares mais próximos à proposta curricular do CFC apresentam maiores notas no ENADE. Os achados demonstram que os currículos acadêmicos das universidades têm maior proximidade com os conteúdos da proposta do CFC. Os testes ainda evidenciaram que as melhores notas do ENADE do ano de 2012 também foram de IES do tipo universidade.

Ribeiro, Peixoto e Bastos (2017) buscaram explorar associações entre a posição dos estudantes cotistas e não cotistas nas redes sociais informais com desempenho acadêmico e comprometimento institucional. Concluiu-se que há diferenças importantes entre cotistas e não cotistas nos cursos de alta concorrência: os não cotistas mais populares são os alunos com maior coeficiente de rendimento; o rendimento dos não cotistas esteve mais associado ao estabelecimento de relações intergrupais com não cotistas; e não cotistas com menos relações intergrupais apresentaram menor grau de comprometimento com a universidade.

Campos *et al.* (2017), analisaram se a adoção de ações afirmativas afetaria as taxas de evasão de discentes de Ciências Contábeis e demais cursos da área de Negócios. O estudo foi realizado em uma instituição de Ensino Superior (IES) pública brasileira e ao contrário de outras pesquisas, foi constatado não haver diferenças estatísticas entre as taxas de evasão dos ingressantes das áreas de Negócios e de Ciências Contábeis por meio de ampla concorrência e de cotas, sugerindo que as ações afirmativas não afetam significativamente as taxas de evasão.

Por fim, Moreira, Moreira e Soares (2018) objetivaram analisar as políticas públicas de acesso e democratização da educação superior no Brasil, discutindo as principais políticas educacionais e o cenário atual. Os resultados apontaram que a educação superior tem seu reconhecimento pela legalidade da universidade, efetivação e consolidação, por meio da legislação e políticas educacionais; que a expansão das universidades particulares e a isenção fiscal para investidores no setor aconteceram nos anos 80, a ação de organismos internacionais no país foi intensificada nos anos 90 e que a década de 2000 foi marcada por políticas de caráter transformador.

3 Metodologia

Com o intuito de identificar a relação entre as políticas públicas de bolsas e cotas com o desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras, o estudo classifica-se quanto ao objetivo como descritivo (GRAY, 2012), quanto à abordagem como quantitativo (RAUPP; BEUREN, 2013) e quanto ao procedimento como documental (GRAY, 2012).

A amostra do estudo compreende os discentes dos cursos de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras que foram beneficiados pelas políticas públicas de financiamentos e bolsas

de estudos e por políticas de ação afirmativa (cotas), com abrangência total de 34.623 discentes, sendo 20.015 discentes do ano de 2015 e 14.608 discentes do ano de 2018, que correspondem aos discentes que se submeteram ao ENADE nesses respectivos anos.

Os dados foram coletados mediante os Microdados ENADE dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras que realizaram a avaliação ENADE nos dois últimos triênios de realização do exame ENADE para o referido curso, referentes aos anos de 2015 e 2018, e disponibilizados no *website* do INEP. As variáveis utilizadas no estudo estão dispostas no Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo das variáveis

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO	COMPOSIÇÃO	DEFINIÇÃO
DAcad	Desempenho acadêmico	NT_GERAL	Nota geral do discente no exame ENADE
DISC _i	Representa as variáveis discentes	SEX	Sexo do discente
		IDAD	Idade do discente
		COR_ET	Cor/Etnia do discente
		AT_REM	Atividade remunerada do discente
		REND	Renda familiar do discente
		TP_ENS	Tipo de ensino médio do discente
		MOD_ENS	Modalidade de ensino médio do discente
		BOLSA	Bolsas de estudo ou financiamento
		COTAS	Política de cotas de acesso ao ensino superior

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Dessa forma, a variável desempenho acadêmico (nota geral) representa a variável dependente e as variáveis independentes estão representadas pelas variáveis discentes apresentadas no Quadro 1. Para o tratamento dos dados, utilizou-se as técnicas de estatística descritiva e análise de regressão múltipla, esta última representada pelo Modelo 1.

$$DAcad = \beta_0 + \beta_1SEX_i + \beta_2IDAD_i + \beta_3COR_ET_i + \beta_4AT_REM_i + \beta_5REND_i + \beta_6TP_ENS_i + \beta_7MOD_ENS_i + \beta_8BOLSA_i + \beta_9COTAS_i + \varepsilon_i$$

Posteriormente, os dados obtidos com a realização das técnicas estatísticas, foram transformados em tabelas no *Software Microsoft Word* (versão *Windows 10*), com intuito de melhor visualização e interpretação dos resultados e por fim, houve um confronto dos resultados encontrados na presente pesquisa com a literatura estudada.

4 Resultados e Discussões

Inicialmente, faz-se necessário conhecer o perfil dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis das universidades privadas brasileiras, que compõem a amostra do estudo, com o intuito de apresentar as principais características do público que está sendo analisado. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos discentes por região brasileira.

Os resultados apontam que, no triênio de 2015, houve uma quantidade maior de alunos que se submeteram ao exame ENADE, com um total de 20.015 discentes, em comparação com o triênio de 2018, representado por 14.608 discentes. Assim, nos dois últimos triênios de avaliação dos cursos de Ciências Contábeis das universidades privadas brasileiras, foram submetidos ao ENADE um total de 34.623 discentes, beneficiados por políticas públicas de bolsas de estudos, financiamentos e sistema de cotas.

Tabela 1 - Quantidade de discentes por região brasileira

REGIÃO	2015		2018		TOTAL	
	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%
NORTE	1.252	6,3	998	6,8	2.250	6,5
NORDESTE	3.503	17,5	2.737	18,8	6.240	18,1
CENTRO-OESTE	2.455	12,3	1.742	11,9	4.197	12,1
SUDESTE	8.934	44,6	6.035	41,3	14.969	43,2
SUL	3.871	19,3	3.096	21,2	6.967	20,1
TOTAL	20.015	100,0	14.608	100,0	34.623	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Desse total, em ambos os triênios de avaliação, a maioria dos discentes concentra-se na região Sudeste (43,2%), seguido das regiões Sul (20,1%) e Nordeste (18,1%), e em menor proporção, na região Norte (6,5%). Esses dados podem ser justificados pelo estudo de Bielschowsky (2020), ao apontar que a maior quantidade de cursos de graduação do ensino superior, em que o curso de Ciências Contábeis está inserido, estão concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste do país.

Em seguida, apresenta-se o perfil sociodemográfico dos discentes, que compreende características relacionadas ao sexo, idade, cor/etnia, atividade remunerada e renda familiar, como disposto na Tabela 2.

Tabela 2 - Perfil sociodemográfico dos discentes

CARACTERÍSTICAS		2015		2018		TOTAL	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
SEXO	Masculino	7.792	38,9	5.791	39,6	13.583	39,2
	Feminino	12.223	61,1	8.817	60,4	21.040	60,8
IDADE	Até 20 anos	292	1,5	28	0,2	320	0,9
	Entre 21 e 30 anos	14.724	73,5	11.091	75,8	25.815	74,6
	Entre 31 e 40 anos	4.000	20,0	2.783	19,1	6.783	19,6
	Entre 41 e 50 anos	815	4,1	565	3,8	1.380	4,0
	Acima de 50 anos	181	0,9	141	1,1	322	0,9
COR/ETNIA	Branco(a)	8.535	42,6	6.002	41,1	14.537	42,0
	Preto(a)	1.604	8,0	1.150	7,9	2.754	7,9
	Pardo(a)	5.990	29,9	4.943	33,8	10.933	31,6
	Amarelo(a)	222	1,1	320	2,2	542	1,6
	Indígena	63	0,3	41	0,3	104	0,3
ATIVIDADE REMUNERADA	Não respondeu	3.601	18,0	2.152	14,7	5.753	16,6
	Não está trabalhando	2.538	12,7	2.313	15,8	4.851	14,1
	Trabalha eventualmente	524	2,6	461	3,2	985	2,8
	Trabalha até 20h/semanais	527	2,6	439	3,0	966	2,7
	Trabalha mais de 20h e menos de 40h semanais	1.340	6,7	1.068	7,3	2.408	7,0
	Trabalha integralmente (40h semanais ou mais)	11.483	57,4	8.355	57,2	19.838	57,3
RENDA FAMILIAR	Não respondeu	3.603	18,0	1.972	13,5	5.575	16,1
	Até 1,5 salário mínimo	1.819	9,1	2.300	15,7	4.119	11,9
	De 1,5 a 3 salários	5.597	28,0	4.919	33,7	10.516	30,4
	De 3 a 4,5 salários	4.496	22,5	3.292	22,5	7.788	22,5
	De 4,5 a 6 salários	2.367	11,8	1.197	8,2	3.564	10,3
	De 6 a 10 salários	1.591	7,9	751	5,1	2.342	6,8
	De 10 a 30 salários	507	2,5	164	1,1	671	1,9
	Acima de 30 salários	36	0,2	13	0,1	49	0,1
Não respondeu	3.602	18,0	1.972	13,5	5.574	16,1	

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

De acordo com a Tabela 2, os dados apontam que a maioria dos discentes apresentam um perfil sociodemográfico diversificado e que não possui divergências significativas em comparação dos triênios analisados. Em relação ao sexo, há predomínio de discentes do sexo feminino (60,8%) em comparação ao sexo masculino (39,2%), bem como, a maioria dos discentes possui faixa etária entre 21 e 30 anos (74,6%), representando um público mais jovem, e se classificam como sendo em maioria da cor/etnia branca (42%), seguido dos discentes considerados pardos (31,6%). Percebe-se ainda, que grande parte dos discentes desenvolve alguma atividade remunerada de forma integral (57,3%) e possui renda família de 1,5 a 3 salários mínimos (30,4%), seguido da faixa de renda de 3 a 4,5 salários mínimos (22,5%).

Os resultados apresentados confirmam os dados divulgados no Censo da Educação Superior (INEP, 2018), em que existe uma diversidade do perfil discente no ensino superior, com destaque para o crescimento nos últimos anos e, principalmente no ensino privado; apresentando ainda que a maioria dos discentes dessa categoria de ensino configura-se como sendo do sexo feminino, faixa etária mais jovem, de cor/etnia branca e desenvolvem atividade remunerada integralmente com uma faixa média de renda familiar de 1,5 a 3 salários mínimos.

Na sequência, apresenta-se a Tabela 3, com as principais características relativas ao perfil escolar dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis das universidades privadas brasileiras, que foram beneficiados por políticas públicas de bolsas de estudos, financiamentos e sistema de cotas.

Tabela 3 - Perfil escolar dos discentes

CARACTERÍSTICAS		2015		2018		TOTAL	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
TIPO DE ENSINO MÉDIO	Todo em escola pública	13.896	69,3	11.036	75,4	24.932	72,0
	Todo em escola privada	1.286	6,3	920	6,3	2.206	6,4
	Todo no exterior	7	0,1	3	0,1	10	0,1
	A maior parte em escola pública	784	3,9	410	2,7	1.194	3,4
	A maior parte em escola privada	426	2,1	260	1,8	686	1,9
	Metade na pública e metade na privada	7	0,1	7	0,1	14	0,1
MODALIDADE DO ENSINO MÉDIO	Não respondeu	3.609	18,0	1.972	13,5	5.581	16,1
	Ensino médio tradicional	13.911	69,5	10.917	74,7	24.828	71,7
	Profissionalizante técnico	1.472	7,4	967	6,6	2.439	7,1
	Profissionalizante magistério	252	1,3	92	0,6	344	1,0
	Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Supletivo	662	3,3	546	3,7	1.208	3,5
	Outra modalidade	109	0,5	114	0,8	223	0,6
BOLSAS OU FINANCIAMENTO	Não respondeu	3.609	18,0	1.972	13,5	5.581	16,1
	ProUni integral	2.408	12,0	2.679	18,3	5.087	14,7
	ProUni parcial, apenas	1.248	6,2	1.043	7,1	2.291	6,6
	FIES, apenas	5.879	29,4	4.075	27,9	9.954	28,7
	ProUni Parcial e FIES	539	2,7	390	2,7	929	2,7
	Bolsa oferecida por governo estadual ou municipal	1.659	8,3	901	6,2	2.560	7,4
	Bolsa oferecida pela própria instituição	2.785	13,9	2.269	15,5	5.054	14,6
	Bolsa oferecida por outra entidade	1.337	6,7	772	5,3	2.109	6,1
	Financiamento oferecido pela própria instituição	412	2,1	408	2,8	820	2,4
	Financiamento bancário	146	0,7	99	0,7	245	0,7
SISTEMA DE COTAS	Não respondeu	3.602	18,0	1.972	13,5	5.574	16,1
	Não foi beneficiado	11.292	56,4	8.446	57,8	19.738	57,0
	Sim, por critério étnico-racial	236	1,2	180	1,2	416	1,2
	Sim, por critério de renda	2.015	10,1	1.495	10,2	3.510	10,1
	Sim, por ter estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos	1.350	6,7	1.397	9,6	2.747	8,0

Sim, por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores	956	4,8	842	5,8	1.798	5,2
Sim, por sistema diferente dos anteriores	557	2,8	276	1,9	833	2,4
Não respondeu	3.609	18,0	1.972	13,5	5.581	16,1

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Verifica-se na Tabela 3 que a maioria dos discentes cursou todo o ensino médio em escola pública (72%), e apenas 6,4% dos discentes estudaram todo o ensino médio em escola particular. Já em relação a modalidade do ensino médio, grande parte dos discentes (71,7%) cursou todo o ensino médio na modalidade tradicional, e uma pequena parte (7,1%), cursou na modalidade técnico profissionalizante. Infere-se então que, os discentes que cursaram o ensino médio em escola pública, basicamente a mesma proporção, foram na modalidade tradicional de ensino.

No que diz respeito ao acesso ao ensino superior, pela forma de bolsas de estudo ou financiamento, a maioria dos discentes afirmou que foi beneficiado apenas pelo programa FIES (28,7%), seguido pelo ProUni com bolsa integral (14,7%) e de bolsa oferecida pela própria instituição (14,6%). Já de acordo ao acesso pelo sistema de cotas, a maior parte dos discentes não foi beneficiada por nenhum tipo de cota (57%) e dos que foram beneficiados, afirmaram serem atendidos por cotas pelo critério de renda (10,1%) e por ter estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos (8%).

De modo geral, observa-se que o número de bolsas de estudos e do número de cotas ainda é considerado baixo e não é proporcional, tendo em vista que o público pertencente aos cursos de Ciências Contábeis das universidades privadas brasileiras, principalmente, vem da escola pública e possui renda familiar considerada baixa, que são os principais critérios que atendem ao benefício dessas políticas públicas de acesso ao ensino superior.

Logo em seguida, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis que compõem o estudo (Tabela 4).

Tabela 4 - Estatística descritiva do modelo

VARIÁVEIS	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO	DESVIO PADRÃO
NT_GERAL	31,89	0,00	91,90	19,251
SEXO	1,61	1,00	2,00	0,488
IDADE	27,58	17,00	71,00	6,411
COR_ET	2,11	1,00	6,00	1,244
AT_REM	4,08	1,00	5,00	1,532
RENDA	2,71	1,00	7,00	1,236
TP_ENS	1,30	1,00	6,00	0,866
MOD_ENS	1,26	1,00	5,00	0,748
BOLSA	3,78	1,00	9,00	2,071
COTAS	1,93	1,00	6,00	1,480

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Através da Tabela 4, verifica-se que a variável dependente do estudo, representada pela nota geral do discente, apresenta uma média de, aproximadamente, 32 pontos, possuindo um valor mínimo de 0 (zero) pontos e atingindo uma nota máxima de, aproximadamente, 92 pontos. Pelo desvio padrão, representado por 19,2 e considerado um valor alto, é possível inferir que os dados estão altamente distribuídos e existe uma diversidade de notas que foram atribuídas aos discentes que realizaram a prova do ENADE.

De acordo com Ferreira (2015) existe uma tendência de médias consideradas baixas para os discentes que se submeteram aos exames de avaliação de desempenho acadêmico, em anos anteriores, desde a realização do Provão até as primeiras avaliações ENADE de 2006, 2009 e 2012, seguindo para os anos posteriores de 2015 e 2018, que compreendem as duas últimas avaliações dos cursos em questão.

As demais variáveis independentes do estudo, confirmam o que foi apresentado no perfil sociodemográfico e escolar dos discentes, principalmente no que diz respeito a ser um público em maioria do sexo feminino, com faixa etária mais jovem, exercem alguma atividade remunerada e possuem uma renda familiar considerada baixa. Além do mais, são caracterizados por terem estudado todo o ensino médio em escola pública e na modalidade tradicional, e foram beneficiados por algum tipo de bolsa de estudo ou financiamento, como por alguma política de cotas, mesmo que em menor proporção, corroborando assim, os dados do último Censo da Educação Superior (INEP, 2018) e o estudo de Santos (2012).

Por fim, apresenta-se a análise dos dados por meio da técnica de regressão múltipla, conforme modelo 1 e apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 - Resultado da regressão do modelo

VARIÁVEIS	COEF.	STD. ERROR	P > T	VIF
SEXO	-2.189760	0.173045	0.0000*	1.021917
IDADE	-0.192997	0.014570	0.0000*	1.215142
COR_ET	-0.861552	0.067698	0.0000*	1.035467
AT_REM	0.204026	0.055721	0.0003*	1.063820
RENDA	1.770414	0.071138	0.0000*	1.127401
TP_ENS	-0.204579	0.097694	0.0363	1.043325
MOD_ENS	-0.115401	0.115873	0.3193	1.095717
BOLSA	0.848330	0.042331	0.0000*	1.120571
COTAS	0.639233	0.058119	0.0000*	1.079451
Sig. 0.000	Nº de observações 29.042	R ² 0.6898	R ² ajustado 0.6862	Teste Durbin-Watson 1.768387

(*) Significância ao nível de 1%.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Conforme Tabela 5, o modelo de regressão estatística utilizado se mostrou significativo ao nível de 1% (Sig. 0,000) e resultou em um número elevado de observações, totalizando 29.042 observações, constituindo um diferencial desse estudo. O coeficiente de determinação (R^2) e o R^2 ajustado apresentou um poder explicativo alto, representado pelo R^2 ajustado de 0,68, apontando que o modelo estatístico possui poder explicativo de 68%. Por meio do *Variance Inflation Factors* (VIF) mostrou ausência de multicolinearidade, permitindo a realização da análise de regressão.

Pelas variáveis independentes utilizadas no modelo, as que se mostraram significativas ao nível de 1% foram sexo, idade, cor/etnia, atividade remunerada, renda familiar, bolsa de estudo ou financiamento e cotas, as quais podem explicar o desempenho acadêmico dos discentes dos cursos de Ciências Contábeis das universidades privadas brasileiras. Já as variáveis tipo de ensino médio e modalidade de ensino médio, não se mostraram significativas em nenhum nível estatístico e infere-se que não podem influenciar o desempenho acadêmico desses discentes analisados.

Ao analisar os coeficientes das variáveis sociodemográficas que se mostraram significantes, percebe-se que as variáveis sexo, idade e cor/etnia, apresentaram valores

negativos, o que significa dizer que ambas caminham inversamente proporcional a variável dependente desempenho acadêmico, isto é, à medida que uma dessas variáveis aumentam, o desempenho acadêmico apresenta queda, ou vice versa. Já as demais variáveis desse grupo, atividade remunerada e renda familiar, apresentaram coeficientes positivos e assim, crescem ou diminuem na mesma proporção do desempenho acadêmico, ou seja, quanto mais o discente desempenhar atividade remunerada ou possuir uma renda maior, maior será a tendência de crescimento do desempenho acadêmico.

Os achados de Mamede *et al.* (2015), Miranda *et al.* (2015) e Rodrigues *et al.* (2017) corroboram as variáveis sociodemográficas que foram explicativas do desempenho acadêmico presentes nesse estudo, inferindo ainda, relações positivas das variáveis idade, atividade remunerada e renda familiar com a variável desempenho acadêmico, podendo divergir, parcialmente, no que diz respeito à variável idade nesse aspecto.

Em relação as variáveis do perfil escolar dos discentes que se mostraram significativas, os coeficientes foram todos positivos. Dessa forma, as variáveis bolsas de estudo e sistema de cotas apresentaram uma relação positiva com a variável dependente, isto é, crescem ou diminuem na mesma proporção do desempenho acadêmico, inferindo então, que quanto mais o discente for beneficiado por alguma política de bolsas de estudo ou financiamento, bem como por algum sistema de cotas, maior será a tendência desses discentes em possuírem um melhor rendimento acadêmico ou vice versa.

Os resultados corroboram os estudos de Campos *et al.* (2017), Macedo e Abranches (2019) e Bielschowsky (2020) ao apresentarem as políticas de bolsas de estudos ou financiamentos e por sistemas de cotas como sendo políticas de acesso ao ensino superior eficazes, apesar de algumas divergências, e além do mais, garantem mais equidade no acesso ao ensino, diminuem as taxas de evasão escolar na educação superior, proporcionam a redução de desigualdades sociais e aumento da transformação social, bem como os discentes beneficiados por essas políticas possuem bons resultados durante o processo de ensino e em consequência, grande parte apresenta um melhor desempenho acadêmico, em comparação com aqueles que não são beneficiados por algum tipo dessas políticas públicas.

Destarte, em linhas gerais, os resultados deste estudo demonstram que há uma relação positiva entre políticas públicas de bolsas e cotas com o desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras, demonstrando, portanto, que as políticas públicas contribuem para o acesso ao ensino superior.

5 Considerações finais

Esta pesquisa direcionada para questões relativas às políticas públicas e ao desempenho acadêmico, teve como objetivo geral analisar a relação entre as políticas públicas de bolsas e cotas com o desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras e, adicionalmente, identificar o perfil dos discentes de Ciências Contábeis das IES privadas brasileiras e sua relação com o desempenho acadêmico.

Os dados apontam que a maioria dos discentes apresentam um perfil sociodemográfico diversificado e que não possui divergências em comparação dos triênios analisados, tendo uma predominância de discentes do sexo feminino, jovens (entre 21 e 30 anos), brancos, que exerce atividade remunerada de forma integral e possui renda familiar de 1,5 a 3 salários mínimos.

De modo geral, observa-se que o número de bolsas e financiamentos e cotas ainda é considerado baixo e não é proporcional, tendo em vista que o público pertencente aos cursos de Ciências Contábeis das universidades privadas brasileiras, principalmente, vem da escola pública e possui renda familiar considerada baixa, que são os principais critérios que atendem ao benefício dessas políticas públicas de acesso ao ensino superior.

Por meio da análise de regressão, constatou-se que quanto mais o discente for beneficiado por alguma política de bolsas de estudo ou financiamento, bem como por algum sistema de cotas, maior será a tendência em possuir um melhor rendimento acadêmico ou vice versa. Destarte, há uma relação positiva entre os constructos analisados, demonstrando, portanto, que as políticas públicas contribuem para o acesso ao ensino superior.

Ressalte-se que a relação entre os dois constructos – políticas públicas e desempenho acadêmico dos discentes de Ciências Contábeis – foi vista tanto sob o enfoque teórico quanto sob o empírico. Do ponto de vista teórico, a pesquisa avança e amplia a discussão da temática, considerando-se a incipiência, especialmente no que diz respeito a relação entre os constructos analisados. De forma prática, o estudo possibilita a identificação de deficiências nessas políticas públicas e por meio delas, a busca por melhorias no desenvolvimento das mesmas.

Verifica-se uma escassez de estudos nacionais acerca dessa temática, e as pesquisas encontradas são incipientes, havendo, portanto, a necessidade de maior aprofundamento no assunto. A pesquisa avança nos campos teórico e prático, porém algumas limitações podem ser apontadas, razão pela qual sugere-se uma reflexão para futuras pesquisas, especialmente pela abordagem realizada em apenas um curso e categoria administrativa. Por este motivo, sugere-se a aplicação do estudo em IES de outras categorias administrativas (públicas e privadas), em outros cursos e ainda entre outras modalidades de ensino.

Referências

ARAÚJO, E. A. T.; CAMARGOS, M. A.; CAMARGOS, M. C. S.; DIAS, A. T. Desempenho acadêmico de discentes do curso de ciências contábeis: uma análise dos seus fatores determinantes em uma IES privada. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 60-83, jan./mar. 2013.

BATISTA, A. B.; CRUZ, N. V. S.; ANDRADE, C. M.; BRUNI, A. L. Desempenho discente nos Enades 2009 e 2012 do curso de Ciências Contábeis do Nordeste Brasileiro: uma análise comparativa entre o ensino à distância e o ensino presencial. In: Congresso Brasileiro de Custos, 21, 2014. **Anais...** Natal: ABC, 2014.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. **Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília: Senado Federal, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BIELSCHOWSKY, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**, v. 36, n. 1, p. 241 - 271, jan./abr. 2020.

CAMPOS, L. C.; MACHADO, T. R. B.; MIRANDA, G. J.; COSTA, P. S. Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 27-42, jan./abr. 2017.

CAMARGO, R. V. W.; CAMARGO, R. C. C. P.; ANDRADE, D. F.; BORNIA, A. C. Desempenho dos alunos de Ciências Contábeis na prova Enade 2012: uma aplicação da Teoria da Reposta ao Item. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC**, Brasília-DF, v. 10, n. 3, p. 332-355, jul./set. 2016.

CAVALCANTE, C. V. Políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira: uma análise dos planos nacionais de educação 2001-2010 e 2014-2024: uma estratégia para a redução das desigualdades sociais e escolares? **POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**, Santa Catarina, v. 9, n. 16, p. 333-350, jan./mar. 2015.

CESSO, M. V.; FERRAZ, R. R. N. Utilização do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) como ferramenta de avaliação do desempenho de alunos de uma instituição de ensino superior paulistana. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 93-112, set./dez. 2017.

COLARES, A. F. V.; SINDEAUX, R. V. Greve nas universidades federais em 2012: um movimento na academia e sua repercussão na sociedade. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 24, p. 61-77, abr./jun. 2015.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, L. C. V.; SILVA, A. R.; PLANTULLO, V. L.; PAIVA, D. L. Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 38-51, dez. 2014.

DARIO, A. B.; NUNES, R. S. **Avaliação de cotistas e não cotistas**: uma análise do desempenho acadêmico e da evasão em um curso de graduação de administração. 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Florianópolis. 2017.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

ESPEJO, M. M. S. B.; RIBEIRO, F.; SILVA, P. Y. C. S.; OLIVEIRA, R. M. Conversação Necessária: articulação entre o curso de graduação em contabilidade e os programas de pós-graduação stricto-sensu na área. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 1-24, jan./abr. 2017.

FELDMANN, T.; SOUZA, O. A Governamentalidade e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 21, n. 3, p. 1017-1032, nov. 2016.

FERREIRA, M. A. **Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de Ciências Contábeis**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2015.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HOFFMANN, C.; ZANINI, R. R.; CORRÊA, A. C.; SILUK, J. C. M.; SCHUCH JÚNIOR, V. F.; ÁVILA, L. V. O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 651-666, jul./set. 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

MACEDO, J. C.; ABRANCHES, A. F. P. S. Política educacional no ensino superior: reflexões sobre a contribuição da assistência estudantil da UFRPE. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**, v. 35, n. 3, p. 916-940, set./dez. 2019.

MAMEDE, S. D. P. N.; MARQUES, A. V. C.; ROGERS, P.; MIRANDA, G. J. Psychological determinants of academic achievement in accounting: evidence from Brazil. **Brazilian Business Review**, v. 12, p. 50-71, 2015.

MIRANDA, G. J.; LEMOS, K. C. S.; OLIVEIRA, A. S.; FERREIRA, M. A. Determinantes do Desempenho Acadêmico na Área de Negócios. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 175-209, maio/ago. 2015.

MORAES, M. M.; TELLES, J. C. S. Prouni: uma política pública sob a ótica da educação popular. **Revista Científica da Faculdade de Balsas, Balsas**, v. 9, n. 1, p. 59-66. 2018.

MOREIRA, L. K. R.; MOREIRA, L. R.; SOARES, M. G. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 134-150, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Goiás: Editora PUC, 2010.

PEIXOTO, A. L. A.; RIBEIRO, E. M. B. A.; BASTOS, A. V. B.; RAMALHO, M. C. K. Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 569-591, jul. 2016.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RIBEIRO, E. M. B. A.; PEIXOTO, A. L. A.; BASTOS, A. V. B. Interação entre estudantes cotistas e não cotistas e sua influência na integração social e desempenho acadêmico na universidade. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 4, p. 401-411, out./dez. 2017.

RODRIGUES, D. S.; SANTOS, N. A.; SANTANA, M. S.; LEMES, A. P. M. Diferenças entre gênero, etnia e perfil socioeconômico no Exame Nacional de Desempenho do Estudante do curso de Ciências Contábeis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, n. 33, p. 101-117, set./dez., 2017.

SANTOS, N. M. **Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis**. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SANTOS, M. A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação estado e sociedade. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9, 2012, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2012.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; PINTO, F. L. B. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 939-959, out./dez. 2017.

SILVA, V. R.; MIRANDA, G. J.; PEREIRA, J. M. ENADE e Proposta Curricular do CFC: um estudo em cursos brasileiros de ciências contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 261-275, jul./set. 2017.

SILVA JUNIOR, A.; POLIZEL, C. E. G.; SOUZA, S.; SILVA, A. R. L.; SILVA, P. O. M.; SOUZA, S. P. Políticas públicas para a educação superior: a avaliação, a regulação e a supervisão de IES privadas em debate. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 215-240, jan./mar. 2014.